



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

16/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Deputados criticam medidas que afetam sindicatos e aposentadorias

Deputados criticam e pediram a rejeição de duas medidas provisórias (MP 871/19 e MP 873 /19) que afetam aposentadorias e a autonomia dos sindicatos. Em audiência da Comissão de Legislação Participativa nessa terça-feira (14), os deputados questionaram representantes do governo e de centrais sindicais.

O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), que propôs a audiência, afirma que medida provisória 871, editada para combater fraudes no INSS, já é de fato o início da reforma da Previdência, porque impõe dificuldades para a requisição de aposentadorias e outros benefícios.

"É um absurdo. Além de desautorizar os sindicatos dos trabalhadores rurais a conceder a autorização, ela prejudica as pessoas mais necessitadas, que são os pensionistas e aposentados com deficiência, que agora têm que correr pro INSS pra não perder o benefício. Enquanto isso, o funcionário do INSS recebe R\$ 63 por cada corte – e, portanto, está "desaposentando" as pessoas", explicou.

Essa medida provisória reduz o prazo de reivindicação dos benefícios previdenciários. Hoje, quando um trabalhador tem um benefício negado, ele tem até 5 anos para exercer esse direito. A medida diminui esse prazo para 90 dias.

Já a outra MP (873) muda as regras da contribuição sindical, impedindo o desconto em folha dos trabalhadores para os sindicatos. Deputados e sindicalistas temem que a medida provoque desarticulação dos sindicatos e até mesmo o fechamento de alguns.

A representante da Central dos Sindicatos Brasileiros, Zilmara Alencar, afirmou que as medidas não afetam apenas os sindicatos, mas também toda a classe trabalhadora.

"Apenas com o mecanismo de coletividade atuando em nome de toda a classe trabalhadora é que nós vamos poder de fato construir ambientes que possam permitir que essa precarização de direitos não ocorra, nem essa retirada de benefícios como estão ocorrendo por meio da medida provisória 871 e 873", disse.

De acordo com o deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), a intenção é impedir a aprovação das medidas provisórias, que perdem a validade no final de junho caso não sejam aprovadas.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Maia garante reforma 'com governo ajudando ou atrapalhando'

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou, nesta quarta-feira (15) que avisou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que eles farão a reforma da Previdência Social "com o governo ajudando ou atrapalhando, com ou sem redes sociais".

Em evento do Lide em Nova York Maia disse que, em conversa o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que é preciso resolver problemas de todos os impostos no País, com uma abrangente e simplificadora reforma tributária, após a aprovação da reforma da Previdência Social no Congresso. "Sabemos o tamanho da crise fiscal e social e não vamos fugir da nossa responsabilidade", afirmou Maia.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/05/2019

MP 873 é antissindical, inconstitucional e traz 'grave intervenção' do Estado

A Medida Provisória (MP) 873, sobre contribuições sindicais, fere a Constituição e configura "grave e vedada interferência e intervenção do Estado na organização sindical", afirma o Ministério Público do Trabalho (MPT), em nota técnica divulgada nesta terça-feira (14) pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis). Segundo o vice-coordenador, o procurador Alberto Emiliano, a MP "impede que os sindicatos estabeleçam livremente em seus estatutos, ou negociem e regulem formas de financiamento e de desconto em acordos e convenções coletivas de trabalho".

A MP 873 foi editada pelo governo Bolsonaro em 1º de março, sexta-feira de carnaval. Com a mudança, considerada pelo movimento sindical uma tentativa de "asfixiar" financeiramente as entidades, as contribuições, além de autorização prévia, individual e por escrito, não podem ser descontadas via folha de pagamento, mas por boleto. Desde então, vários sindicatos recorreram à Justiça e têm conseguido decisões favoráveis.

Para o procurador, a medida traz "diversas restrições às fontes de custeio dos sindicatos, causa embaraço à liberdade sindical e ao próprio sustento dos sindicatos de trabalhadores, a quem cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de toda a categoria, sendo obrigatória a sua participação nas negociações coletivas de trabalho". A nota técnica é assinada por ele e pelo coordenador nacional, João Hilário Valentim, que já havia manifestado posição crítica à iniciativa do governo.

Os procuradores sustentam ainda que a negociação coletiva e a liberdade sindical integram os quatro princípios da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. São itens básicos para a consolidação do conceito de trabalho decente. "Os trabalhadores abrangidos pela negociação coletiva devem participar do financiamento desse processo, sob pena de inviabilizar e fragilizar a atuação sindical, bem como desincentivar novas filiações", afirmam. Para eles, a regra imposta do boleto bancário "tem o potencial de inviabilizar a atuação sindical", fragilizando o sistema de financiamento das entidades, "cuja missão é coletiva e não individual". E também contraria a Constituição, que no artigo 8º autoriza o desconto em folha.

A nota conclui que a MP "não pode prevalecer ante a sua flagrante inconstitucionalidade e inconvencionalidade".

Enquanto isso, a MP 873 segue empacada no Congresso. Uma reunião da comissão mista responsável por apreciar a medida, marcada para hoje, foi adiada. Seriam eleitos presidente e vice do colegiado.

Fonte: Rede Brasil Atual - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

UNE convoca novas manifestações para o dia 30

As grandes manifestações contra os cortes nas verbas para a Educação, que reuniram mais de dois milhões de pessoas em todo o Brasil abriram um ciclo de lutas que não vai parar tão cedo e terá repercussões políticas. Os estudantes decidiram por meio da sua máxima entidade representativa, a União Nacional dos Estudantes (UNE), marcar novos protestos para o próximo dia 30, uma quinta-feira. "É o início do gosto amargo que o Bolsonaro vai sentir", diz presidente da entidade, Marianna Dias. A informação é da Folha de S. Paulo. Reportagem da jornalista Angela Pinho aponta que "após manifestações em todo o país, a UNE anunciou um novo dia de protestos contra os cortes na educação daqui a duas semanas.

Entrevistada pelo jornal, Marianna Dias afirma: "Precisamos mostrar para o Bolsonaro e para o Brasil a força dos estudantes e do povo". Consciente do papel que o Movimento Estudantil pode desempenhar na atual crise política e social do país, Marianna Dias destaca: "As pessoas sempre esperam que os jovens estejam na linha de frente", informa o jornal.

Fonte: Brasil247 - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>